

Fernando Molica

Os homens que vivem em círculos

A nova e caprichada edição de “Os homens dos pés redondos” (Editora Record), de Antônio Torres, mostra que o romance, lançado em 1973, sobreviveu com méritos à ameaça do tempo.

Isso, apesar de ter sido escrito e ambientado em uma ditadura: não é incomum que, diante da opressão, escritores exagerem no tom da denúncia e, com isso, derrapem na construção da trama. O livro saiu ileso, e ainda cresceu.

O romance é passado em um país imaginário, Ibéria, mas tudo nos leva a Portugal, então isolado, subjugado pelo salazarismo, que impunha saídas trágicas para seus cidadãos: pobreza, subdesenvolvimento, exílio, tortura, cadeia, morte e guerra contra a independência de nações africanas. Tudo sob a justificativa do lema “Deus, Pátria, Família”, que, hoje, nos soa tão familiar.

À linearidade sonhada e proposta por ditaduras, Torres propõe uma ficção multifacetada, diversa, com personagens que nem sempre se expõem de maneira clara, que sequer saberiam viver de uma maneira menos limitada.

Um está de tesoura no bolso para matar o chefe que encarna uma opressão, outro se delicia com um olhar crítico e estrangeiro sobre as incongruências de uma elite em sua propriedade rural.

Como se ele, Estrageiro, de alguma forma, não fizesse parte do mesmo rebanho. Como se, a exemplo do dono da fazenda, também não tivesse prazer ao tirar as botas para pisar na mesma

bosta quente das vacas.

Os pés daqueles homens e daquelas mulheres que não vão a lugar algum são igualmente redondos e sujos. Procuram negar a imundície de seus corpos e consciências, os outros é que seriam assim (colaboradores, cúmplices e financiadores de ditaduras adoram proclamar inocência, que fizeram o que podiam para evitar o pior).

Romance de leitura exigente, “Os homens dos pés redondos” cita um ditador caricatural — El Rey —, que nunca aparece por inteiro, uma saída engenhosa de Torres, um dos nossos principais autores contemporâneos, membro da Academia Brasileira de Letras.

Mais do que mostrar o tirano, o importante era revelar os efeitos da tirania sobre as pessoas comuns, que andavam em círculos em um país pequeno, provinciano, que procurava amenizar sua insignificância com a tentativa de manutenção do delírio imperial e colonialista. Buscava na grandeza da África uma compensação para sua própria limitação, seu diminuto tamanho.

Os personagens rolam pelo livro sem saídas, sem alternativas, batem nas fronteiras geográficas e pessoais, não avançam, não tiram o pé do esterco, por mais refinados ou vingativos que procurem demonstrar que são. Arrotam planos, não fazem isso nem aquilo, afundam-se em suas frustrações, desordens, perversões — como no poema de Manuel Bandeira, só veem o beco.

Sérgio Cabral*

‘De perto ninguém é normal’

O título desse artigo é um trecho da letra genial da música “Vaca Profana”, de Caetano Veloso. É verdade, de perto ninguém é normal. O problema é que a anormalidade de notícias chocantes e desumanas que o noticiário tem divulgado nos últimos meses é assustadora.

Casos de violência contra mulheres e feminicídio, pedofilia, racismo, homofobia, maus tratos a idosos, maus tratos a animais e tantas outras barbaridades produzidas por seres humanos de nosso país.

Sobre a barbárie que se acumula no nosso dia a dia, creio que há duas conclusões a serem feitas: por um lado tem muita mente humana do mal, mas por outro o aparelho público estatal oferece, hoje, mais estrutura, ainda que longe do ideal, para que as pessoas denunciem, além da enorme contribuição das redes sociais, junto com a imprensa, na divulgação e publicização dessas atrocidades.

Essas perversidades, infelizmente, sempre ocorreram no Brasil. Pedofilia, maus tratos às mulheres e feminicídio, racismo, homofobia, maus tratos a idosos, maus tratos a animais, e outras atrocidades. Mas hoje há uma estrutura nos poderes executivo, legislativo e judiciário e ministério público mais consistentes no combate, repressão e criminalização desses maus feitos.

As redes sociais, no que pese o lado horroroso e ilegal da deep web, tem dado enorme contribuição ao divulgar e viralizar as atrocidades cometidas por esses criminosos.

O aumento nas estatísticas de todos esses crimes também nos leva a essa dupla conclusão: maldade e perversidade humanas x melhor aparato estatal, maior exercício da cidadania e contribuição das re-

des sociais e imprensa.

O segredo para o efetivo combate e repressão é a denúncia. Quem for ou vir um semelhante ser humilhado, ou um animal mal tratado, deve denunciar imediatamente às autoridades e, por outro lado, botar a boca no trombone e divulgar aos quatro cantos pelas redes sociais.

O ovo da serpente da maldade e do desprezo ao semelhante tem, inclusive, representação em organizações políticas que alimentam o nazifascismo disfarçado. A extrema direita.

Acabei de ler o extraordinário livro do jornalista e escritor Ruy Castro, “Trincheira Tropical”, que relata o período que antecede a Segunda Guerra Mundial e todos os anos dela, sob a perspectiva do Brasil e, particularmente, da cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Nele, o ovo da serpente da extrema direita é traduzido no fenômeno da Ação Integralista Brasileira, a versão tupiniquim do nazifascismo, liderado por Plínio Salgado com seus “camisas verdes” e a saudação “anauê”.

Milhares de jovens, intelectuais e formadores de opinião no final da década de 20 e toda a década de 30 e início dos anos 40 marcharam com Plínio Salgado em busca da “pureza” da raça brasileira. Militares de alta patente também aderiram ao movimento, que se inspirava em Mussolini e Adolf Hitler.

Portanto, nos inspiremos em Caetano e Gil na extraordinária música “Divino Maravilhoso”, magistralmente interpretada por Gal Costa: “É preciso estar atento e forte...”

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

EDITORIAL

A dor da ausência presente no país

Há dores que não têm corpo, mas pesam como se tivessem. A de quem vive a ausência de um ente querido desaparecido é uma delas. Não há luto completo, não há despedida, não há resposta. O tempo passa, os dias seguem, mas a vida fica suspensa na espera. Em um país que registrou 84.760 pessoas desaparecidas apenas em 2025, o equivalente a 232 sumiços por dia, essa dor deixou de ser exceção e se tornou um drama coletivo que o Brasil insiste em tratar de forma fragmentada.

Os números falam alto. O crescimento de 4,1% em relação a 2024 revela que o problema não apenas persiste, como avança. Desde 2015, o total de registros só caiu durante os anos mais restritivos da pandemia, período marcado por subnotificação e dificuldade de acesso às delegacias. Ou seja, a redução não foi fruto de políticas eficazes, mas de um contexto excepcional. Passada a crise sanitária, a realidade voltou a se impor com força ainda maior.

É verdade que o número de pessoas localizadas também aumentou nos últimos anos, reflexo de algum aprimoramento nas ferramentas de busca e na troca de informações entre instituições. Mas esse dado, isoladamente, não consola quem espera. Para cada reencontro, há famílias que seguem presas à incerteza, enfrentando um sistema que ainda falha

em acolher, investigar e agir com a urgência que o desaparecimento exige. A ausência de integração plena entre estados, bancos de dados incompletos e a demora na consolidação de um cadastro nacional eficiente revelam um Estado que reage, mas não antecipa.

Mais grave ainda é reconhecer que os números oficiais não dão conta da complexidade do problema. Muitos desaparecimentos estão ligados a violências profundas, como homicídios, exploração, discriminação e atuação de grupos criminosos. Em diversos contextos, o medo, o preconceito institucional e a desinformação afastam familiares do registro formal, ampliando a invisibilidade. Crianças, mulheres, populações indígenas e pessoas em situação de rua acabam duplamente apagadas: pela ausência e pela falta de resposta.

A Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas foi um passo importante, mas insuficiente. Passados quase sete anos de sua criação, ela ainda caminha lentamente, com adesão parcial dos estados e estrutura aquém da urgência do problema. Enquanto dados biométricos não se comunicam, enquanto delegacias não compartilham informações em tempo real e enquanto persistem mitos como a falsa necessidade de esperar horas para registrar um desaparecimento, vidas seguem se perdendo no labirinto da burocracia.

Opinião do leitor

Alice

Pele branca, cabelos encaracolados, vestidinho sujo, olhos espantados, 4 anos de idade, Alice conviveu com trevas da mata por dois intermináveis dias. Autista, sem fala, longe dos remédios fortes e do carinho da família, a doce menina Alice sobreviveu porque foi acolhida por anjos e passarinhos.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Níomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.